



IN SEARCH OF A MYTH? A REVIEW OF JOSEPHINE QUINN'S BOOK

Geovani Canuto¹

Josephine Crawley Quinn é professora de História Antiga da Universidade de Oxford (Worcester College), onde também atua como co-diretora do Oxford Center for Phoenician and Punic Studies (OCTOPUS)² em parceria com Jonathan Prag. Seus principais temas de pesquisa se estendem entre História e Arqueologia grega, romana e fenícia, com foco particular no Norte da África e no Oriente Próximo. Quinn é organizadora de importantes obras como o *The Punic Mediterranean: identities and identification from Phoenician settlement to Roman rule* (2014), um livro de referência co-organizado com Nicholas Vella e que traz a contribuição de grandes especialistas nos estudos fenício-púnicos. Entre seus artigos, destacam-se, por exemplo, *Tophets in the 'Punic World* (2012-13), uma contribuição para o entendimento sobre o Círculo do *Tophet*, e seu trabalho sobre os *Capitolia* (2013), escrito com Andrew Wilson, entre outros.

Em 2018 seu último livro foi lançado pela Princeton University Press: *In Search of The Phoenicians*. O livro é dividido em três partes, que se constituem em versões ampliadas de três palestras ministradas pela autora na Universidade de Tufts. Na primeira parte, Quinn analisa as descrições feitas sobre os “fenícios” como um povo coerente em trabalhos contemporâneos em contraste com a imagem apresentada pela documentação antiga. Na segunda, a autora observa como as experiências migratórias desencadearam mudanças entre estas populações e suas práticas culturais por meio do estabelecimento de uma rede de interações que emergiram entre subgrupos no interior das colônias - como no caso do *tophet* - ou aquela desenvolvida pelo culto de Melqart. Na

Dossiê

¹ Bacharel e licenciando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atualmente desenvolve pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo (PPGARQ/ MAE-USP) sob supervisão da Prof^ª Dr^ª Maria Cristina Nicolau Kormikiari. E-mail: geovanicanuto@usp.br

² <http://punic.classics.ox.ac.uk/>



última parte, Quinn explora as evidências que demonstram como as identificações com os fenícios floresceram depois de eventos que foram tomados por alguns pesquisadores como o fim de sua história, a saber: a conquista de importantes cidades “fenícias” como Tiro por Alexandre Magno e a destruição de Cartago. É na parte três que a autora explora o período helenístico e o Levante romano, além da chamada “resistência púnica” na África romana, e, por fim, o passado “fenício” na Grã-Bretanha e Irlanda.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma investigação sobre a imagem dos fenícios na retórica política moderna, com destaque para a Tunísia e o Líbano do século XX. No caso do Líbano moderno, o Novo Fenicianismo foi um importante movimento político e cultural no país desde a dissolução do antigo Império Otomano e pressupunha que o Líbano era herdeiro do legado dos antigos fenícios. No interior dos movimentos nacionalistas de países do Oriente Próximo como Egito, Síria e a Palestina que buscaram uma vinculação dos estados modernos com “grandes civilizações” do passado, os fenícios, no caso libanês, forneceram um protótipo e atrativo paralelo para o novo estado, assim como uma alternativa que explicasse suas origens para além de uma descendência árabe, exercendo, portanto, um papel fundamental na luta de separação libanesa da Síria e do mais amplo mundo árabe.

O Novo Fenicianismo, capitaneado pelos cristãos e católicos maronitas, pressupunha então uma glorificação dos fenícios, enfatizando suas conquistas marítimas e sua contribuição para a civilização mundial, além de traçar paralelos com o Líbano contemporâneo, ressaltando-se a unidade geográfica que compartilhavam. A autora analisa seu desenvolvimento no período da administração francesa do Líbano - que chegou a ser considerado como “a Suíça do Oriente” devido à sua diversidade linguística e ao turismo nos Alpes -; o período que se seguiu à independência da França (1946); e os turbulentos anos da Guerra Civil que assolou o país entre 1975 e 1989. Mencionam-se também as pesquisas de DNA de Spencer Wells que buscaram a presença de traços genéticos “fenícios” na população local, e o início do interesse europeu por este “povo”, que teria ocorrido com a publicação da obra de Samuel Bochart sobre a dispersão dos filhos de Noé pelo globo com foco nas migrações fenícias. Uma série de obras publicadas entre os séculos XVII e XVIII são mencionadas (Fenelon, Jean-Jacques Barthélémy, Wilhelm Gesenius, Movers) assim como a mudança de percepção acerca dos fenícios na última década do XIX. Destaque para a famosa expedição de Ernest Renan no levante sob comando de Napoleão III (1860-1861).

No que se refere à Tunísia, o período da ocupação Otomana (XVI-XIX) trouxe uma valorização do passado árabe, e com o posterior estabelecimento



do protetorado francês, foi a vez da cultura romana, tida como predecessora da francesa na região. No período entre a independência tunisiana e a revolução de 2011, os dois presidentes - Habib Bourguiba e Zine El-Abidine Ben Ali - fizeram uso de todo o passado da região - indígena, fenício, romano e islâmico - segundo suas leituras particulares. O Fenicianismo na Tunísia começou, portanto, com o processo anticolonialista; neste contexto, o presidente Bourguiba, além de construir seu palácio presidencial em Cartago, gostava particularmente da imagem de Aníbal como um símbolo de resistência aos romanos. Na década de 1990, a imagem de Cartago ao lado da romana tornou-se uma arma do governo secular contra a crescente popularidade dos políticos islâmicos, que defendiam uma identificação com o passado árabe. Por fim, a autora conclui este capítulo mencionando os “fenícios” na obra de Sabatino Moscati e desenvolve algumas críticas ao trabalho deste importante pesquisador que atuou na Universidade de Roma.

No segundo capítulo Quinn observa os critérios envolvidos na designação de um coletivo como “povo” e sua aplicabilidade aos “fenícios”. É importante observar que ninguém se chamou de “fenício” em língua fenícia, que o termo *phoinix* (φοῖνιξ) é grego (utilizado para designar a cor púrpura, a tamareira ou o pássaro imortal) e de que não há nenhuma outra designação comum para os “fenícios”, embora alguns afirmem que se reconheciam como “cananeus”.

A apreciação das evidências materiais incluem uma inscrição em etrusco da segunda metade do século VII a.C. encontrada em uma necrópole de Cartago, assim como inscrições gregas que mencionam o termo *phoinix*, um monumento funerário erigido em Atenas no século III a.C., moedas de bronze cunhadas em Beirute em 168 a.C., uma inscrição encontrada na cidade de Cirta, moderna Constantina na Argélia, além de passagens da obra de Agostinho de Hipona. Observa-se também a documentação referente a uma tradição literária de longa duração sobre a emigração dos cananeus bíblicos para a África (seriam os fenícios?). Neste momento a autora observa os primeiros sinais de equivalência entre os termos “fenício” e “cananeu” e as associações posteriores (Septuaginta, por exemplo).

Em seguida, J. Quinn desenvolve sua análise sobre as formas de identificação utilizadas por esses “fenícios” nos textos em língua fenícia do Levante a partir do século XI a.C. e nas demais regiões mediterrânicas. Inscrições bilíngues em fenício-grego, com muitos exemplares encontrados no Egeu, demonstram que os emigrantes do Levante mantinham conexões com suas terras de origem. No período Helenístico pessoas de cidades do Levante ganharam



prêmios em festivais gregos e, como os gregos, os ganhadores “fenícios” eram lembrados em relação às suas cidades-estado de origem.

No capítulo III, a autora analisa a designação da região conhecida como “fenícia”, as informações contidas nas fontes do antigo Oriente Próximo e como estas populações foram nomeadas em Aramaico, na Bíblia Hebraica, pelos assírios e, por fim, entre gregos e romanos. Observa-se, no caso grego, o importante relato de Heródoto, que afirma ter encontrado uma sacerdotisa de Melqart em sua visita a Tiro, os mitos do período clássico para a fundação da “Fenícia” e nomes como Phoinix, Agenor, Kadmos e Europa, as incoerências destas histórias, além dos mitos locais escritos em grego por autores como Cúrcio Rufo (I d.C.) e Filo de Biblos (II d.C.). Se a imagem dos “fenícios” como povos do mar nos relatos homéricos pode ser herança de uma tradição do Oriente Próximo³, estas populações, de certa forma, pareceram familiares aos gregos, uma vez que eram navegantes como eles. Os contatos iniciais entre estes grupos podem explicar porque os “fenícios” foram tratados pelos gregos de forma menos distintiva se comparados a outros povos.

O desenvolvimento das fronteiras entre gregos e fenícios emergiu a partir do final do século V a.C. (Tucídides, Pseudo-Cíflax) e, no século IV a.C., os estereótipos gregos sobre os fenícios desenvolvem novos aspectos, onde se criou uma concepção mais forte destes como um grupo coerente com características particulares. São astutos e mentirosos, ainda que associações com os próprios gregos e seus mitos fossem possíveis, por exemplo, o que enfraquece a noção de uma virtude ou superioridade grega em relação a eles.

A presença fenícia nas fontes latinas também é objeto de análise, seja no período republicano, imperial ou na Antiguidade Tardia. No período romano, surgiu um estereótipo mais forte e, às vezes, mais negativo, mas ainda havia confusão sobre o vocabulário apropriado a ser utilizado: entre a fase republicana, imperial e a Antiguidade Tardia, diferentes termos (*Phoenix*, *poenus* e *punicus*) foram usados para designar uma variedade de grupos de fala fenícia, e havia uma tendência distinta a usar o adjetivo *punicus* com conotações geográficas a partir de finais da República. A autora conclui este capítulo com uma discussão sobre a famigerada “literatura fenícia” (uma realidade possível ou uma visão romântica?) e obras escritas em língua púnica mencionadas por autores como Pompônio Mela, Flávio Josefo e Estrabão.

3 “Homero” foi um dos primeiros a mencionar o espírito de comerciante nato dos fenícios, divulgando sua fama de “sagazes “espertalhões” que acompanhará esse povo ao longo de toda a historiografia grega e romana” (KORMIKIARI, 2004, p.128-129).



Em Políticas Culturais (capítulo IV), a temática abordada se centra nas conexões mantidas entre as cidades da “Fenícia”, desde os relatos mais antigos mencionados na Bíblia Hebraica sobre as relações entre Tiro e os reinos israelitas do sul, assim como a forma como os impérios do Oriente Próximo se relacionaram com a região entre os séculos X e IV a.C. A autora problematiza as afirmações de que Sidon e Tiro formaram um reino conjunto ou uma espécie de confederação nos séculos IX e VIII a.C.

A autora também observa as abordagens tradicionais sobre o conceito de cultura e as implicações das interpretações histórico-culturais nos estudos fenícios: temas como “artesanato fenício”, “arquitetura fenícia”, “cerâmica fenícia”, a “língua fenícia” e as práticas funerárias entram em pauta. Discute-se também o modelo urbano de cidades como Tiro, Biblos, Beirute e Sidon, suas respectivas influências, os períodos de intensificação das interações entre as cidades, culminando, nos séculos V e IV a.C. com a alusão a “um conjunto emergente de identificações entre as elites “fenícias”” observado por meio da análise do mobiliário funerário.

No ocidente não há questionamentos sobre a existência de diferenças entre a cultura material dos assentamentos de falantes de língua fenícia e aquela das populações que lhes circundavam. As aproximações da cultura material dos assentamentos de origem levantina são resultado da consequente ligação das comunidades de emigrantes que compartilhavam uma linguagem inteligível comum; no Mediterrâneo central há evidências para alianças militares e comerciais e, como no Levante, uma abertura para modelos externos.

No período helenístico, por exemplo, elementos arquitetônicos gregos eram muito comuns em Cartago, assim como as evidências para o culto de divindades egípcias, gregas, anatólicas e mesopotâmicas nas cidades de fundação levantina no Oeste. As primeiras moedas cunhadas por Cartago também são uma interessante documentação para análise: tetradracmas que apareceram por volta de 410 a.C. com a representação de um cavalo coroadado por uma Nike e, no reverso, uma palmeira. As relações entre os diferentes grupos não eram, cabe ressaltar, unilaterais, uma vez que gregos e romanos também fizeram seus “empréstimos” da cultura “púnica”.

Em uma interessante análise sobre o Círculo do Tophet (capítulo V), Quinn discorre sobre as formas como o culto a Baal-Hammon e o sacrifício infantil serviram para criar um distanciamento entre um pequeno grupo de falantes de língua fenícia do Mediterrâneo Central em relação aos outros “fenícios” do ocidente e do Levante. Estabelece-se uma comparação com o culto

mais disseminado do deus tírio Melqart (capítulo VI) e sua capacidade de integrar diferentes comunidades.



Se num primeiro momento a historiografia interpretou a descrição do sacrifício nos *tophets* como uma espécie de “discurso negativo” das fontes clássicas, a documentação material tem levado a uma revisão destas perspectivas. Os santuários foram estabelecidos quase sempre no mesmo período de fundação dos assentamentos (os mais antigos são os de Cartago, Motia (Sicília) e Sulcis (Sardenha) datado de meados do século VIII a.C.). Baal Hammom foi uma divindade proeminente em Cartago, mas não teve as mesmas proporções no Levante e, no século VI a.C., Tinnit começou a aparecer nas inscrições do Tophet da cidade.

A autora também apresenta suas hipóteses sobre a origem destes santuários, relativiza a noção de um controle/imposição cartaginesa à luz das últimas evidências arqueológicas, e aponta as identificações culturais possíveis de serem traçadas com o Levante por meio de uma análise iconográfica. A autora encerra o capítulo V com uma análise sobre as mudanças que se desenvolveram entre os séculos III e II a.C., por exemplo, no período de crescimento do imperialismo cartaginês no Mediterrâneo, com estudos de caso sobre os santuários de Hadrumeto, Cirta e alguns da Sardenha.

Diferentemente de Baal Hammon, Melqart (Capítulo VI) estabeleceu uma conexão entre as colônias tírias, destas com sua “cidade mãe”, e também com populações locais em todo o Mediterrâneo. Os relatos apresentados pela documentação literária variam desde afirmações de que Cartago costumava enviar uma parte de seus rendimentos para a divindade, em Tiro, até lendas de fundação. Tais lendas conectam as duas cidades a partir do século IV a.C., o que, para Quinn, sugere que pelo quarto século Cartago teve uma identidade cívica relativamente forte como uma colônia tíria sob a proteção e poder de Melqart. Outros exemplos são mencionados em cidades como Gadir, Útica, Lixus e Carteia, por exemplo, não se restringindo às colônias tírias.

O culto de Melqart também promoveu vínculos entre os assentamentos levantinos do Oeste com os gregos, como pode ser demonstrado pelas associações entre o deus e a divindade grega Hércules. Se o “sincretismo” foi um fenômeno comum no Mediterrâneo, o início dessas associações é, no entanto, difícil de precisar, uma vez que, como afirma a autora, não é fácil conjecturar sobre a feição de Melqart antes do início do sincretismo com Hércules. As evidências para Melqart no ocidente são, apesar de tudo do século IV a.C., provavelmente associadas a mudanças políticas em Cartago. Ao contrário de

Baal Hammon, Melqart foi um deus “fácil de traduzir” e com ele foi possível fazer conexões com populações locais pré-coloniais, que chegaram a cultuá-lo.



No capítulo VII, J. Quinn apresenta o contexto histórico da “Fenícia” após a morte de Alexandre Magno, caracterizado por disputas entre a dinastia ptolomaica do Egito e os reis selêucidas da Síria e, posteriormente, pela presença romana, consolidada com a chegada de Pompeu em 65 a.C. Esta contextualização é fundamental para a compreensão de uma obra particular, *Aethiopica*. Escrita por Heliodoro entre os séculos III ou IV d.C., se constitui em um romance que apresenta uma história de amor entre uma princesa africana e um nobre grego. O autor é proveniente da cidade de Emessa, localizada onde hoje é a atual Síria, e foi o primeiro a se auto identificar como “fenício”. Para Quinn, sua obra deve ser analisada dentro de um contexto histórico do período helenístico e romano.

No período romano, os diferentes estatutos das comunidades serviram para dar continuidade às hostilidades locais. No final do século I d.C., uma nova linha de rivalidades pelo título de “cidade mãe” emergiu entre cidades como Tiro e Sidon, por exemplo, que, conforme Estrabão, disputavam o título de cidade mãe dos fenícios. Domiciano concedeu a Tiro o título de metrópole, atribuindo-lhe o status de cidade líder de uma determinada área e, pouco tempo após 198 d.C., Severo promoveu Tiro ao status honorário de colônia romana. No que se refere a Sidon, Heliogábalo (218-222) foi o responsável por lhe conceder ambos os títulos “provavelmente às custas temporárias de Tiro, cujas moedas pararam de dar o título colonial completo da cidade, assim como as de Sidon começaram a fazê-lo”.

A obra de Filo de Biblos foi tomada por alguns como o relato de um autor que se reconhecia como “fenício”, embora ele não se descreva assim nas passagens do texto que sobreviveram. Apesar do interesse na história dos fenícios ter florescido no período romano, “não há evidências claras para identificação ou patriotismo fenício em contextos locais”. Existiram, sim, atestados de orgulho da história fenícia e associações feitas por parte de falantes de grego da região. O entusiasmo cultural pela “Fenícia” e pelos “fenícios” no período romano foi mais um reflexo do “incentivo político romano ao conceito da própria Fenícia”, uma estratégia de sua dominação imperial. Cabe lembrar que Emessa foi a cidade natal do imperador Heliogábalo, cujas afinidades culturais fenícias foram apontadas por alguns autores antigos. No final do século II d.C. Severo dividiu a província da Síria em *Síria Coele* e *Síria Phoenice* e esta tinha pouca relação com a geografia histórica da “Fenícia”, incluindo cidades distantes como Emessa, que, segundo Herodiano, também era a cidade de nascimento de Julia Maesa, cunhada de Severo.



No capítulo VIII, dedicado à África romana, a autora observa o desenvolvimento de uma cultura púnica em um novo contexto de dominação colonial. A cidade de Lepcis Magna, por exemplo, foi amplamente favorecida no Império Romano, principalmente sob o governo de Severo. Uma inscrição dizendo que Tiro é a verdadeira mãe de Lepcis retoma diretamente a própria reivindicação de Tiro como “cidade mãe das colônias no exterior”. Para Quinn, a ênfase no reconhecimento do seu passado colonial “na verdade, era um fenômeno novo em Lepcis no período romano, uma maneira de sublinhar e preservar a relativa autonomia política da cidade no contexto do poder romano”. E essa estratégia, no entanto, recorreu ao interesse romano na história fenícia sem envolver a construção de uma “identidade fenícia”.

A autora analisa as referências que podem ser encontradas na vida cívica e política romana em Lepcis Magna (sacerdócios e instituições cívicas levantine, *shofetim*, cunhagens – o nome da cidade em púnico mesmo no período de Tibério). No que se refere às inscrições, em alguns casos bilíngues, a informação é apresentada em latim, mas na versão púnica o texto é editado, retirando os títulos e funcionários romanos e enfatizando as contribuições locais. Observam-se também as inscrições em púnico, as hipóteses sobre a origem da cidade que alguns afirmavam ter sido uma colônia de Tiro e outros de Sidon, além das divindades locais que, como as cartaginesas, não eram muito conhecidas no Levante.

No que se refere aos *tophets*, a autora lembra que muitos santuários da Sardenha sobreviveram à anexação romana e que os de Cirta e Hadrumeto, no Norte da África, continuaram até o século II d.C. Também são mencionados os novos santuários que foram estabelecidos depois da queda de Cartago e as identificações culturais apresentadas por eles. Igualmente importantes, as magistraturas locais são analisadas, os sufetes, as possíveis explicações para sua origem no Norte da África, seu desenvolvimento na região e a forma como “dialogaram” com magistraturas romanas como o *duumvirato*. As referências estabelecidas por estas instituições eram em relação a Cartago e não a uma identidade fenícia mais ampla.

Com o desenvolvimento da ocupação romana, muitas mudanças podem ter sido vistas aos olhos externos mais como “um elemento distintivamente africano”. Após a queda de Cartago, lembra a autora, o uso do púnico não apenas continuou, mas se desenvolveu (neo-púnico) em diálogo com línguas como o latim e os dialetos líbicos. As interpretações tradicionais são criticadas e apresentam-se, por exemplo, os contextos específicos de uso de cada língua.



No último capítulo, “Ilhas Fenícias”, o foco de análise recai sobre uma região muito próxima da autora: as ilhas do Atlântico Norte e o Fenicianismo na região, e dada a ausência de evidências materiais de assentamentos fenícios, explora o papel fictício dos fenícios na consciência nacional ente os séculos XVI e XIX.

Em seu trabalho, John Twyne (1505-1581) utilizou um de seus personagens, John Fosche, para afirmar que a Grã-Bretanha foi estabelecida por Albion, filho do deus Netuno e que depois da sua chegada e da subsequente separação entre a Grã-Bretanha e a França, os primeiros estrangeiros a chegarem à ilha foram os fenícios. Sua obra, um trabalho de especulação erudita para os conselheiros da nobreza Tudor, apresenta uma lista de palavras e costumes que acreditava ser consequência desta influência. Na Grã-Bretanha, a ideia de uma origem fenícia foi criada como uma alternativa às lendas medievais por intelectuais engajados no desenvolvimento de uma identidade nacional em oposição a outras nações como a “França-romana”.

Para Twyne havia evidências de “vestidos púnicos” que continuavam a ser usados pelas mulheres em Wales, por exemplo, assim como uma explicação etimológica para a palavra galesa *Caer* - que significa cidade - que derivaria do fenício, baseado na associação *Carthago ou Carthada* (“nova cidade”, *Qar-thadasht*). Os fenícios são apresentados como pessoas de várias origens, o que poderia refletir “as identidades locais complexas e multicamadas na união consolidada dos vários reinos britânicos”.

Outro trabalho importante foi o de Aylett Sammes (1676) que afirmou que os fenícios se estabeleceram “nas Ilhas Scilly, na Cornualha e em Devon, minerando estanho e comercializando-o até o Mediterrâneo”. A autora fez uso direto das fontes clássicas para construir sua hipótese de origem fenícia e afirmou que nomes como “Bretanha” derivariam da “língua fenícia”, assim como muitas linguagens da região ou até mesmo sítios pré-históricos como Stonehenge. Uma das características principais de sua obra reside nas comparações estabelecidas entre as qualidades de britânicos e “fenícios”, atribuindo a estes características como habilidade comercial, marítima e de “fundação de colônias pelo mundo”, todas estas compartilhadas pela Grã-Bretanha moderna.

Com o desenvolvimento dos estudos de arqueologia, linguística e literatura clássica, a hipótese de descendência britânica dos fenícios se tornou difícil de sustentar e acabou confinada aos antiquários. Ressaltam-se algumas obras como as de Charles Leigh (1700) e William Stukeley (1740/1743); na Cornualha, a herança fenícia se constituiu como parte de uma estratégia de resistência à incorporação à unidade nacional de uma Inglaterra Anglo-saxônica.



Autores como Daniel Defoe comparavam os ingleses aos cartagineses: não foram apenas paralelos com as atividades coloniais britânicas e afirmou-se, por exemplo, que Cartago também havia colonizado a América com base em supostas semelhança entre os costumes de cartagineses e americanos. As identificações com Cartago ainda ocorriam nos primeiros anos do século XIX, mas se tornaram mais negativas na medida em que os franceses adotaram-na como uma forma de enfatizar a falta de confiança dos britânicos (*fides punica*). Apesar dos problemas com Cartago, um novo pico de popularidade se desenvolveu no século XIX, com o Império Britânico atingindo sua maior extensão seguindo a Revolução Industrial. Paralelos entre “a reputação de produtos manufaturados [fenícios], especialmente metalurgia e têxtil, correspondia ao papel desempenhado por Birmingham e Manchester no poder industrial da Grã-Bretanha”.⁴

Na Irlanda, os fenícios não foram uma alternativa às lendas medievais como na Grã-Bretanha, mas se somaram a elas, constituindo-se como “uma ferramenta contra o imperialismo cultural e político inglês”. Ruaidhri O Flaitbheartaigh (1629-1718) foi uma espécie de Aylett Sammes irlandesa, sendo que seu trabalho, escrito em irlandês, obteve maior popularidade. A teoria sobre os fenícios fez parte de um entusiasmo orientalista e celtista mais amplo na Irlanda do século XVII e XVIII. Parsons, por sua vez, escreveu uma obra sobre as origens da Irlanda e afirmou que ela foi uma colônia fenícia e que o dialeto cartaginês na obra de Plauto possuía semelhanças com a língua irlandesa.

Owenson (1806), por sua vez, escreveu um romance entre uma princesa irlandesa e um aristocrata inglês em um contexto de desapropriações das terras irlandesas e das “Leis Penais”. A princesa conta ao rapaz as origens dos irlandeses, onde os fenícios são uma das raízes junto com gregos e persas. O interesse pelos fenícios, no entanto, foi decaindo e ainda que obras como a de Dunlop sobre a história da Irlanda publicada pela Oxford Press em 1922 começasse com a “descoberta” da região pelos fenícios, sua atuação foi descrita de forma mais pontual.

Um ano após sua publicação, o livro de Quinn foi traduzido para o francês⁵. No prefácio Corinne Bonnet afirma que a primeira reação suscitada pela leitura de sua obra é a de uma “bem-vinda vitalidade” e seu maior mérito é nos alertar contra determinismos históricos e historiográficos, “um trabalho

4 QUINN, Josephine C. In *Search of The Phoenicians*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2018, p.191.

5 Na edição francesa *À la recherche des Phéniciens*.



de reflexão sobre a história, suas categorias, sua escrita, suas intenções”⁶. Ao questionar a aplicabilidade do rótulo “fenícios” e suas implicações, Quinn analisou importantes dilemas concernentes ao trabalho do historiador como noções de identidade, contatos culturais, estudos de recepção, assim como a influência das identidades nacionais no desenvolvimento de uma historiografia que influenciou gerações. Desta maneira, uma das principais contribuições de *In Search of The Phoenicians* é refletir sobre a própria prática de investigação historiográfica, que de maneira alguma se restringe à História Antiga.

REFERÊNCIAS

BONNET, Corinne. De la forêt et de l'arbre. *In* : À la recherche de Phéniciens. Paris: La Découverte, 2019.

KORMIKIARI, M. C. N. O comércio, as trocas e o sistema de dom entre os Fenícios. *In*: CARVALHO, A. G. **Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo**. Vitória da Conquista: UESB, 2004.

QUINN, Josephine C. Tophets in the Punic World. *Studi Epigrafici e Linguistici*, vol 29-30, 2012-2013, p. 23-48.

QUINN, Josephine C., WILSON, Andrew. Capitolia. *Journal of Roman Studies*, vol. 103, 2013, p. 117-173.

QUINN, Josephine C. VELLA, Nicholas. **The Punic Mediterranean: identities and identification from Phoenician settlement to Roman rule**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

QUINN, Josephine C. **In Search of The Phoenicians**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2018.

6 BONNET, Corinne. De la forêt et de l'arbre. *In* : À la recherche de Phéniciens. Paris: La Découverte, 2019, p. VI-VII.